

LAILA KARLA TAVARES ARMSTRONG

**A PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NO
PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO PRIMEIRO MANDATO DE FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO (1995-1998)**

**Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Paraná.**

Orientadora: Prof. Suely Simões Alves Pinto

CURITIBA

2003

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	iii
LISTA DE SIGLAS	iv
RESUMO	v
1 INTRODUÇÃO	01
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	03
2.1 LIVRE COMÉRCIO E PROTECIONISMO	03
2.1.1 A Escola Clássica: Adam Smith e David Ricardo	03
2.1.2 O Teorema de Heckscher-Ohlin	06
2.2 INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO	08
2.2.1 Determinantes do Investimento	09
2.2.1.1 Teoria Neoclássica	10
2.2.1.2 Teoria Marxista	10
2.2.1.3 Teoria da Organização Industrial	11
2.2.1.4 Teoria Contemporânea	12
3 CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	14
4 GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	22
CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	32

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	– DISTRIBUICAO DO IED (1860-1913).....	15
TABELA 1	– INVESTIMENTOS E REINVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NO BRASIL (1960-1970).....	17
TABELA 2	– FLUXO DE IED – BRASIL E MUNDO (1971-1990).....	19
TABELA 3	– INVESTIMENTOS E REINVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NO BRASIL (1980-1990).....	20
QUADRO 1	– FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	22
TABELA 4	– IED, INGRESSO PRIVATIZACAO, BRASIL (1996-2001).....	23
QUADRO 2	– INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NA PRIVATIZAÇÃO.	25
QUADRO 3	– PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL.....	25
GRAFICO 2	– TAXA DE INVESTIMENTO MÉDIA DOS ULTIMOS 4 ANOS.....	26
QUADRO 4	– INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS POR REGIÃO, 1995.....	27
QUADRO 5	– EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO NO BRASIL (1995- 1998).....	28
GRAFICO 3	– INVESTIMENTOS TOTAIS NO BRASIL (1994-1998).....	28

LISTA DE SIGLAS

BACEN	– Banco Central
BANERJ	– Banco do Estado do Rio de Janeiro
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CPMF	– Contribuição Provisória de Movimentação Financeira
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
FMI	– Fundo Monetário Internacional
IED	– Investimento Externo Direto
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
TELESP	– Telecomunicações do Estado de São Paulo
OCDE	– Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

RESUMO

Através de uma perspectiva histórica, percebe-se que o Investimento Externo Direto (IED) é de suma importância para a economia brasileira. O período de 1995-1998, e de forma geral a década de 90, merece maior destaque, devido à constatação nesse período de uma exacerbada entrada de capital estrangeiro na economia, o que levou a consequências marcantes para o país. Na primeira gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), ocorre um intenso programa de privatização. A participação do capital estrangeiro neste processo, que é o objeto de estudo da presente monografia cresceu de forma significativa, em razão da recém alcançada estabilidade econômica, da possibilidade de ganhos potenciais excepcionais, bem como legislação propícia a essa forma de investimento. Entre 1994 e 1996 os fluxos saltaram de US\$ 1,738 bilhão para US\$ 9,123 bilhões. Atualmente, observa-se um significativo incremento nos fluxos deste capital estrangeiro para o país, o que destaca a importância de seu estudo.

INTRODUÇÃO

Apesar de alguns anos de atraso, o Brasil iniciou sua inserção no mercado internacional de capitais, especialmente a partir do ano de 1991. Vários mecanismos passaram a ser utilizados com maior frequência para captação de recursos externos, aumentando o volume de IED no Brasil de forma acelerada. Em relação aos países latino-americanos o Brasil passou a ocupar o primeiro lugar na captação de recursos no mercado internacional.

O investimento direto é definido como o resultado de um ato de compra, realizado por pessoa ou instituição domiciliada no exterior de ativo emitido por pessoa ou instituição domiciliada no país (FRANCO e FRITSCH, 1998, p. 62). A intensificação da entrada de IED no Brasil na década de 90, deve-se principalmente a três fatores complementares: as mudanças no aparato regulatório, o processo de privatização e ao próprio crescimento do mercado interno do país. No Brasil, especificamente durante o governo FHC, pode-se observar que parcela expressiva do IED correspondeu ao processo de privatização e a fusões e aquisições.

Dentro deste enfoque, a participação dos Investimentos Estrangeiros Diretos no processo de privatização, tema desta monografia, é um assunto bastante polêmico, principalmente no que tange a seu grande marco de arrancada na década de 90. O objetivo desta monografia é compreender o impacto da exorbitante entrada de capitais na era FHC sobre o processo de privatização, e ainda quais foram as heranças deixadas por este governo e suas políticas. Pode-se identificar a importância do tema de um ponto de vista geral, e também para casos específicos. E por fim, a importância que a discussão do tema proposto pode trazer no sentido de fornecer soluções para o melhor entendimento do assunto exposto.

Para se chegar a uma conclusão sobre a participação dos IED no processo de privatização torna-se interessante e necessária uma abordagem mais pontual e criteriosa desta relação, destacando o período de seu auge, com o intuito de melhor entender uma série de posições atualmente conflitantes a respeito do tema.

Com esse objetivo a monografia será composta da seguinte forma. Primeiro será apresentado o referencial teórico, destacando as duas correntes básicas para se entender o comércio internacional, sendo elas o livre comércio e o protecionismo,

citando seus principais percussores. Ainda nesse ponto será acrescentado a definição de IED e os determinantes do investimento. Na seqüência será apresentada uma análise sobre a evolução do capital estrangeiro no Brasil através de uma perspectiva histórica. Logo após será abordado o processo de privatização no Brasil, destacando o período FHC, associado a exorbitante entrada de capital estrangeiro no país. Desta forma se fará uma abordagem crítica das conseqüências deixadas pelo governo FHC, dando ênfase ao processo de desnacionalização e à vulnerabilidade da economia brasileira nesse período.

E por fim será apresentada a conclusão sobre o tema posto em questão, enfatizando seus principais tópicos.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 LIVRE COMÉRCIO E PROTECIONISMO

Quando se discute Economia Internacional, livre comércio e protecionismo são essenciais. Este debate tem em suas raízes duas visões conflitantes sobre ganhos de comércio e a natureza do desenvolvimento econômico.

Há muito tempo, economistas e pensadores econômicos se dividem, alguns defendem o livre comércio, como foi a posição tomada pelos economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo, enquanto outros preferem o caminho oposto, ou seja, são a favor de medidas protecionistas, como foi o caso da Escola Mercantilista. As posições se distinguem de acordo com o período analisado e o país de origem.

O protecionismo caracteriza-se pela adoção de um sistema de tarifas ou cotas para restringir o fluxo de importações. O livre comércio é uma doutrina econômica que se caracteriza pela não adoção de políticas restritivas ao fluxo de mercadorias e serviços entre os países, ou qualquer outro tipo de restrição, como por exemplo, a intervenção governamental.

2.1.1 A Escola Clássica: Adam Smith e David Ricardo

O livre comércio tem sua origem na teoria clássica do comércio internacional, que no final do século XVIII se contrapõe às idéias mercantilistas vigentes.

A Escola Clássica surge como resposta à não aceitação das idéias mercantilistas referentes ao comércio e a economia internacional. Os principais representantes desta escola foram Smith e Ricardo, os quais influenciaram significativamente as teorias do comércio internacional desenvolvidas por outras escolas. A Escola Clássica tem seus pressupostos baseados no liberalismo

econômico e no individualismo, dando assim abertura ao processo de afirmação dos princípios da livre concorrência.

Adam Smith é um dos mais eminentes teóricos da escola clássica, suas idéias se opuseram ao pensamento econômico predominante à época na Europa. SMITH sendo contra o protecionismo argumenta: “As taxas impostas com intuito de impedir ou mesmo de diminuir a importação constituem obviamente medidas que destroem tanto a renda proveniente da alfândega quanto à liberdade do comércio.” (1996, p. 252).

A grande obra de Smith, intitula-se: “Uma Investigação sobre a Natureza da Riqueza das Nações”. O comércio internacional é o foco central do seu pensamento. Segundo Smith a riqueza das nações é resultante do aumento da produtividade do trabalho, que por sua vez, é conseqüência da divisão do trabalho, e esta é resultado da propensão da natureza humana de trocar, negociar ou vender um produto em troca do outro.

Smith se coloca a favor da liberdade comercial e contra o protecionismo, afirmando que as trocas voluntárias entre dois países beneficiam ambos. Para ele, o livre comércio é a política comercial mais apropriada, tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento.

Smith contribui com um conceito muito importante para a economia internacional, no sentido de melhor entender as relações comerciais entre os países, que é o conceito de vantagens absolutas. O comércio internacional é possível tão somente quando o tempo de trabalho necessário para produzir um produto for menor que aquele necessário para produzir este produto no exterior. A condição em que determinado produto ou serviço pode ser oferecido com preços de custos inferiores aos dos concorrentes é denominada como vantagem absoluta. Sendo que para ele não importa se as vantagens que um país A possui em relação ao país B são naturais ou adquiridas, elas existindo, é mais vantajoso para o país B comprar o bem, do que ele mesmo produzi-lo.

As vantagens naturais que um país tem sobre outros na produção de determinadas mercadorias por vezes são tão relevantes que todo mundo reconhece ser inútil pretender concorrer com esse outro país. Utilizando vidros, viveiros e estufas podem-se cultivar excelentes uvas na Escócia, podendo-se com elas fabricar vinhos muito bons, com uma despesa aproximadamente trinta vezes superior àquela com a qual se pode importar de outros países vinhos pelo menos da mesma qualidade. Seria porventura uma lei racional

proibir a importação de todos os vinhos estrangeiros, simplesmente para incentivar a fabricação de vinho clarete e borgonha?. Enquanto um dos países tiver estas vantagens, e outro desejar partilhar delas, sempre será mais vantajoso para este último comprar do que fabricar ele mesmo. (SMITH, 1996, p. 440).

David Ricardo tem suas idéias dominando a economia clássica por mais de meio século, e como Smith, é um dos grandes defensores do liberalismo. Seu fundamento teórico aperfeiçoa a teoria das vantagens absolutas desenvolvida por Smith, que acaba o levando a conceber a Lei das Vantagens Comparativas.

Ricardo elabora a Teoria das Vantagens Comparativas, segundo a qual cada país naturalmente se especializa nos ramos em que tem maiores vantagens, isto é, em que seus Custos de Produção são menores do que os de seus parceiros. Segundo Ricardo “na divisão internacional de trabalho, cada país apresenta Vantagens Naturais (solo, clima, minério, carne bovina etc.) ou artificiais (mais capital acumulado, melhor infra-estrutura), que determinam os produtos que pode obter com menor custo.” (RICARDO, 1982, p. 104).

Ricardo elabora a Lei dos Custos Comparativos (ou Lei das Vantagens Comparativas), com o intuito de demonstrar a vantagem de um país importar certos produtos mesmo que houvesse oportunidade de tais serem produzidos por preços inferiores, desde que sua vantagem, em comparação com outros produtos, fosse maior.

Apesar das pesadas críticas feitas as conclusões de Ricardo e a Lei das Vantagens Comparativas, esta ainda constitui parte essencial da teoria do comércio internacional. Ricardo elabora essa lei com a finalidade de comprovar a vantagem para um determinado país resultante da sua especialização internacional.

Um conceito importante deve sempre estar claro quando se trata de Vantagens Comparativas, que é o conceito de custos de oportunidade. De uma maneira geral, segundo este conceito, os custos não devem ser considerados como absolutos, mas iguais a uma segunda melhor oportunidade de benefícios não aproveitada. Segundo SALVATORI a “Teoria do Custo Oportunidade é a quantidade de uma segunda commodity da qual se deve abrir mão para prover os recursos necessários para produzir uma unidade adicional da primeira commodity.” (1998, p. 23).

Após ter clara esta definição, pode-se dizer que um país tem vantagens comparativas na produção de um determinado bem, quando o custo de oportunidade da produção do bem em termos de outros bens é inferior em relação a outros países. Neste caso, ambos os países podem beneficiar-se através do comércio, se cada país produzir os bens nos quais possui vantagens comparativas.

Segundo o modelo Ricardiano, o comércio internacional é estritamente o resultado das diferenças internacionais na produtividade do trabalho, e estas diferenças entre os países levam ao comércio e aos ganhos de comércio. Neste modelo se trabalha com a hipótese de apenas um único fator de produção e os países se distinguem somente na produtividade do trabalho nas diferentes indústrias. Para Ricardo, o padrão de produção de um determinado país é determinado pelas vantagens comparativas.

Apesar das insuficiências do modelo Ricardiano, sua idéia central é comprovada por vários estudiosos – a idéia de que os países tendem a exportar os bens em que têm produtividade relativamente alta.

É ilícito concluir que a contribuição à Economia Política de Ricardo é imorredoura. Não só pelos aportes teóricos a quase todos os temas de grande relevância nessa área de conhecimento, mas também pelo apuro e engenhosidade com que aplicou o método lógico dedutivo. Embora situando-se, em geral, em níveis inadequadamente altos de abstração, Ricardo nos ensinou a todos como procurar, leis fundamentais de movimento que permitem entendê-la em sua totalidade" (SINGER, 1982, p.89).

2.1.2 O Teorema de Heckscher-Ohlin ou Teoria das Proporções dos Fatores.

Heckscher é um representante da Escola Marginalista especializada em comércio exterior. Este, a partir da teoria de Ricardo, elabora os princípios básicos do comércio internacional, que mais tarde foram desenvolvidos por Ohlin.

O modelo Ricardiano, já exposto, leva em consideração as diferenças de tecnologia entre os países como sendo a base do comércio exterior, já o fundamento teórico proposto por Heckscher-Ohlin concentra-se nas diferenças nas dotações domésticas dos fatores de produção, e também na diferença na intensidade do uso

dos fatores na produção de diferentes produtos nesses países. “Em termos gerais, uma economia tende a ser relativamente eficaz na produção de bens que são intensivos no fator com o qual o país é relativamente bem dotado.”(KRUGMANN & OBSTFELD, 1999, p. 75).

A Teoria de Heckscher-Ohlin é composta por quatro proposições, ou quatro teoremas, que envolvem os resultados importantes da teoria pura do comércio internacional. Os quatro teoremas são:

- Teorema de Heckscher-Ohlin – pressupõe que um país tende a produzir relativamente mais os bens que usam os recursos intensivos da economia.
- Teorema da equalização do preço dos fatores – segundo este teorema, dada algumas condições, torna-se suficiente o livre comércio de bens finais para a equalização dos preços dos fatores internacionalmente, visto de uma esfera externa; já de um ângulo interno, o teorema admite que, dado os preços constantes, pequenas variações na dotação de um determinado fator de produção não influenciará o preço dos demais fatores.
- Teorema de Stolper-Samuelson – estabelece que uma elevação no preço relativo de uma mercadoria aumenta o retorno real de outra mercadoria qualquer.
- Teorema de Rybczynski – admite que, dado preço fixo de um produto, elevações na dotação de um fator incorrerão em um crescimento mais que proporcional na produção da mercadoria que usa o fator intensivamente, e como consequência ocorrerá, ainda, uma redução da produção da outra mercadoria (GONÇALVES & CANUTO, 1998, p. 19).

Através dessa teoria pode-se explicar os padrões do comércio exclusivamente pela dotação de fatores, e leva ao surgimento das bases teóricas para os conflitos domésticos de distribuição de renda (JONES, 1984, p. 14). Ainda segundo esta teoria, os países tenderiam a exportar os bens para a produção dos quais contam com abundância de fatores, ou seja, ocorreria uma troca de fatores abundantes por fatores escassos ou raros. “Esse modelo mostra que as vantagens comparativas são influenciadas pela interação entre recursos da nação (a abundância relativa dos fatores de produção) e a tecnologia da produção (que influencia a intensidade relativa com a qual fatores diferentes de produção são usados na produção de bens diferentes).”(KRUGMANN & OBSTFELD, 1999, p. 69).

A teoria desenvolvida por Heckscher-Ohlin enfatiza o mecanismo entre as proporções nas quais fatores diferentes de produção estão disponíveis em diferentes países.

Das teorias analisadas pode-se observar suas comprovações junto à realidade. Por exemplo, a importância das vantagens tanto adquiridas quanto naturais para determinar o comércio entre os países, e de uma forma mais profunda pode-se verificar que estas vantagens além de facilitar as relações comerciais entre os países também facilitam o ingresso de IED nos países.

Daí conclui-se que o intenso ingresso de capital estrangeiro no Brasil, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, explica-se em parte exatamente pelo fato do Brasil possuir vantagens, tanto adquiridas quanto naturais. Essas vantagens se constituem determinantes do comércio brasileiro com outros países neste período, e também impulsionaram o elevado ingresso de IED e o incremento no número de multinacionais.

Os países se diferem consideravelmente no que diz respeito à eficácia de suas economias em dar vantagens de investimento externo direto para empresas multinacionais, o que não pode ser ignorado. As multinacionais de sucesso são aquelas que conseguem obter essas vantagens específicas. Estas últimas não são simplesmente aquelas associadas ao custo da mão-de-obra. As companhias necessitam também cláusulas de políticas nacionais legais e comerciais para protegerem seus investimentos (HIRST, 1998, p. 102).

2.2 INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO

O conceito de IED é muito complexo, com enfoques diferentes para as diversas abordagens. Por investimento estrangeiro direto entendemos os fluxos internacionais de capital pelos quais uma empresa em um país cria ou expande uma filial em outro (KRUGMAN & OBSTFELD, 2001, p.175).

De uma forma geral, os IDE são derivados de: aportes líquidos de capital pelo investidor (sob forma de compra de ações; conversão de dívidas em ações, aumento do capital ou criação de empresas); empréstimos no circuito matriz-filial e lucros não-distribuídos (reinvestimentos). (BRITO, 2000, p. 01).

O IED é o tipo de investimento que envolve não só uma transferência de recursos, mas também aquisição e controle, em outras palavras, a empresa filial tem muito mais que obrigações financeiras com sua respectiva matriz, mas também faz parte da mesma estrutura organizacional, sendo assim, a relação filial-matriz se torna algo muito mais complexo do que simples obrigações financeiras. Este categoria de investimento é realizada principalmente pelas empresas transnacionais (SANDRONI, 2001, 176 e 177).

Segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) deve-se definir investimento direto como aquele em que o investidor detêm 10% ou mais das ações ordinárias ou de direito a voto numa empresa, caracterizando-se por ser em geral de longo prazo, permitindo assim ao proprietário do investimento exercer influência sobre as decisões da empresa. Para o FMI, o IED “é um investimento que visa adquirir um interesse duradouro em uma empresa cuja exploração se dá em outro país que não o do investidor, sendo objetivo deste último influir na gestão da empresa em questão.” (CHESNAIS, 1996, p. 55).

2.2.1 Determinantes do Investimento

Existem vários trabalhos na teoria econômica, ligados a diferentes correntes teóricas, que buscam determinar os fatores condicionantes do processo de internacionalização do capital. Na seqüência serão apresentadas algumas das teorias mais importantes sobre o assunto.

2.2.1.1 Teoria Neoclássica

Segundo a teoria neoclássica pode-se resumir as hipóteses da teoria do comércio internacional em três: a concorrência pura e perfeita, a imobilidade dos fatores e o equilíbrio geral.

Pode-se estabelecer como princípios básicos da Teoria Neoclássica: utilidade marginal e demanda do consumidor, produtividade marginal e oferta do produtor, equilíbrio parcial dos mercados. Dentro do enfoque da teoria neoclássica é discutido a teoria do equilíbrio econômico geral, teoria do bem-estar econômico, a crítica de Sraffa a teoria da concorrência perfeita, teoria da concorrência imperfeita e sua crítica (PINTO, 2001, p. 55 e 56).

No que tange ao fluxo de investimentos estrangeiros, o pilar da teoria neoclássica é que esses fluxos são definidos pela diferença entre as taxas de retorno, onde a decisão de investir se baseia na comparação entre os custos e as vantagens.

A teoria neoclássica apresenta uma incompatibilidade de suas hipóteses com a realidade atual do processo. Essa incompatibilidade se explica pelo fato da teoria neoclássica não levar em consideração a importância das empresas multinacionais na economia, isso ocorre devido à falta de compreensão sobre a internacionalização da produção. Devido essa falta de compatibilidade com a realidade do processo em estudo, esta teoria torna-se ineficaz para a análise da dinâmica de internacionalização do capital.

2.2.1.2 Teoria Marxista

No contexto da teoria marxista, o modo de produção capitalista é definido a partir das trocas com o exterior e da existência de um mercado mundial.

A partir da teoria do valor, exposta por David Ricardo, Marx postulou que o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário

para sua produção. E desta forma o lucro não se realiza por meio da troca de mercadorias, que se trocam geralmente por seu valor, mas sim em sua produção.

Segundo Marx os trabalhadores não recebem o valor correspondente a seu trabalho, mas só o necessário para sua sobrevivência. A partir desta hipótese nasce o conceito de mais-valia, que é a diferença entre o valor incorporado a um bem e a remuneração do trabalho que foi necessário para sua produção. A condição para a realização da mais-valia é a existência de um mercado externo, e assim tem influência significativa nas decisões de investir dos empresários (PINTO, 2001, p. 56 e 57).

2.2.1.3 Teoria da Organização Industrial

Trabalhos que tem como foco a análise da estrutura de mercado surgem a partir dos conceitos da teoria da organização industrial, tais como: a teoria da vantagem monopolista, concebida por HYMER, a teoria da integração vertical e a teoria do ciclo de vida do produto.

Diferente da teoria neoclássica, os trabalhos de HYMER têm como pressuposto básico a hipótese de que as firmas locais possuem vantagens naturais em relações as estrangeiras. Segundo HYMER a decisão de investir é uma decisão interna a firma e não depende das medidas protecionistas para se realizar.

Segundo a abordagem da teoria da integração vertical, o IED tem a finalidade de assegurar o suprimento regular de matérias-primas, para enfrentar e superar a concorrência.

Já teoria de ciclo do produto afirma que o investimento é consequência da evolução natural de etapas de desenvolvimento do produto, caracterizando-se pela tentativa de preservação da posição de mercado. O produto atravessa basicamente três fases: lançamento, maturação e declínio. No primeiro estágio, há aumento de produção e redução de custos, e com finalidade de explorar o máximo o novo produto a empresa expande mais a produção, viabilizada pela exportação para outros mercados. O segundo estágio ocorre quando a empresa produz para o

mercado externo, a fim de manter a sua vantagem inicial. No terceiro estágio ocorre a possível saturação do mercado onde o excesso passa a ser exportado para outros mercados (PINTO, 2001, p. 57 e 58).

2.2.1.4 Teoria Contemporânea

A partir do conceito da organização industrial vários trabalhos foram desenvolvidos questionando o pressuposto das teorias anteriores de que a determinação dos investimentos externo seja o lucro financeiro.

O investimento externo e a internacionalização da produção, segundo as teorias modernas, podem ser explicados basicamente por quatro fatores: constitui uma reação das empresas a certas imperfeições do mercado, como obstáculos ao comércio e assimetrias das condições econômicas; são resultado da acumulação de capital e da construção de plantas multi-integradas de grandes dimensões; são decorrentes de vantagens especiais oferecidas pela internacionalização de transações internacionais e pela economia de custos de transação através da multinacionalização e da organização da produção interna; e pela ampliação de oportunidades de lucro e acumulação de capital no país hospedeiro, decorrente de tecnologia e de relações diversas (GONÇALVES, 1998).

De forma sintética a partir das teorias expostas pode-se observar os avanços referentes ao estudo da internacionalização das economias.

Sinteticamente o investimento externo direto tem papel cada vez mais importante no desenvolvimento econômico. Os fluxos de IED para o mundo em desenvolvimento quadruplicaram, passando de uma média anual de US\$ 12,6 bilhões em 1980-1985 para US\$ 51,8 bilhões em 1992/93 e chegando a US\$ 70 bilhões em 1994. Os países em desenvolvimento receberam 32% do IED total mundial em 1992-94, contra 20% na primeira metade dos anos 80. A participação do IED na formação bruta de capital dos países em desenvolvimento mais que dobrou entre 1986 e 1992, ultrapassando 6% em 1993. (BERGSMAN & SHEN, 1995, p. 6)

Pode-se considerar o crescimento do fluxo de IED uma tendência internacional. Este crescimento também está associado à expansão do capitalismo,

e relacionado às estratégias das empresas transnacionais. Para o Brasil a década de 1990 foi um período de profundas mudanças, e os principais agentes dessas mudanças foram a abertura comercial e a privatização, resultando em uma profunda transformação estrutural no balanço de pagamentos e na própria economia brasileira. Na oitava mensagem anual encaminhada ao Congresso Nacional, por FHC, o presidente destaca que a entrada de IED ficou estagnada pouco acima de US\$ 1 bilhão anuais por toda década de 1980 e no começo da década de 1990, deu um salto de três vezes na média de 1994 a 2001. Uma parcela significativa desses investimentos foi direcionada para a privatização de serviços públicos.

O capital estrangeiro desempenhou um papel significativo no processo de privatização, que era um dos pilares básicos da estratégia econômica do governo FHC. No Brasil, especificamente durante o governo FHC, pode-se observar que parcela expressiva do IED correspondeu ao processo de privatização e a fusões e aquisições, e foi exatamente durante este governo que o processo de privatização teve seu auge, com forte entrada de capital estrangeiro no aparelho produtivo nacional, ocasionando a elevação da desnacionalização da economia.

O período de 1995-1998 caracteriza-se por um processo de desnacionalização acelerado, este processo envolve o enfraquecimento de uma forma geral dos blocos de capitais nacionais (privado e estatal). O processo de desnacionalização da economia brasileira deve-se por fatores como a ineficiência das empresas nacionais e às suas dificuldades de adaptação à abertura econômica, este é um dos muitos fatores que combinados influenciaram o processo de desnacionalização.

Segundo Barros alguns fatores agravaram as dificuldades competitivas das empresas nacionais frente às estrangeiras, tais como: Criação da CPMF (Contribuição Provisória de Movimentação Financeira) e a nova regulamentação do sistema de contribuições sociais que criaram um sistema tributário incompatível com os ganhos de produtividade que ocorreram nos Estados Unidos da América, Europa e alguns países da Ásia; taxa de câmbio, valorizada artificialmente em razão dos juros elevados operados pelo BACEN, reforçava um cenário de grandes dificuldades para as indústrias e empresas de serviços aqui instaladas; a redução progressiva das proteções de natureza alfandegária aumentando as vantagens competitivas das importações (BARROS, 2003, p. 13).

3 CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

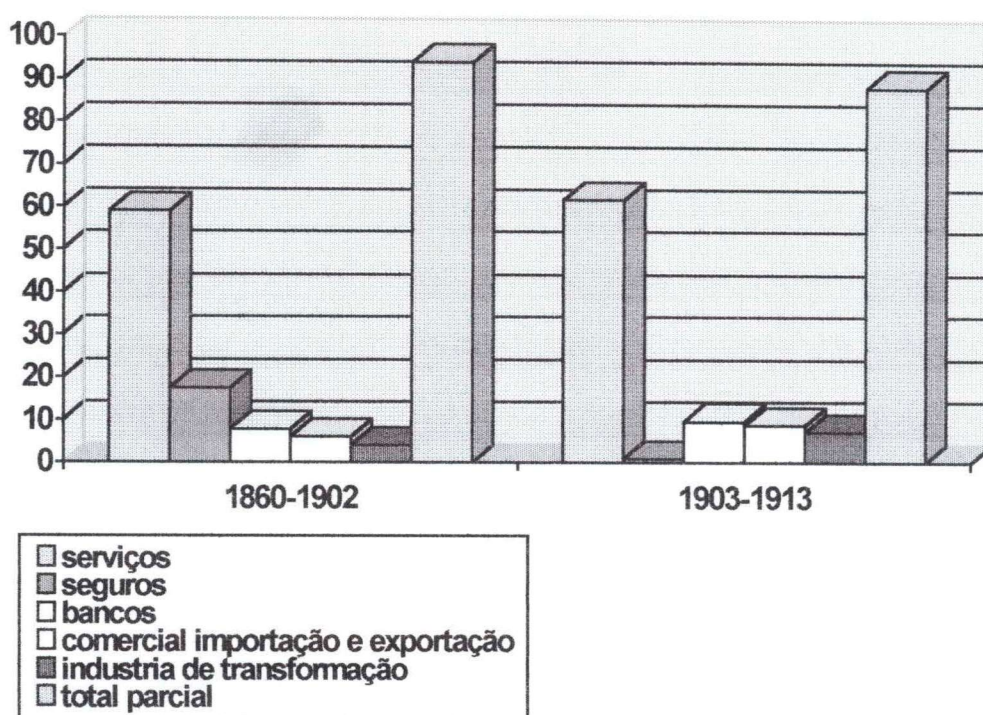
O capital estrangeiro tem desempenhado um papel de destaque na história econômica brasileira desde o período colonial. Importância esta devido as suas múltiplas funções, como a de financiamento do crescimento econômico, estabilização dos ciclos e ajustes de contas.

A evolução da economia brasileira durante o período colonial foi determinada, em grande proporção pela inserção do Brasil no comércio internacional, sendo por isso, influenciada pelas flutuações no mercado mundial e pela concorrência de outros produtores, só que o comércio internacional nesse período era controlado por empresas estrangeiras.

O sistema comercial e financeiro holandês influenciou o ciclo da cana-de-açúcar, entre os séculos XVI e XVIII, onde a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais desempenhou um papel central. Durante o século XIX, o capital estrangeiro apresentou grande crescimento, principalmente sob a forma de empréstimos britânicos, com a finalidade de financiamento de infra-estrutura, como estradas de ferro e portos, e o financiamento do déficit público. Já em meados do século XIX, o capital estrangeiro passa a dominar importantes áreas da economia brasileira. Pode-se citar, a criação em 1889, da Western Telegraph Company, que detinha parte expressiva das comunicações brasileiras (GONÇALVES, 1999, p.53). “O contexto internacional do período 1860-1914 pode ser assim, a grosso modo, resumido como uma fase de acirramento da competição internacional, em função da emergência dos sistemas industriais norte-americano e alemão, paralelamente à perda de importância na economia internacional.”(SINGER, apud CURADO, 1997, p.31).

A partir de 1860 até final do século, há um direcionamento do investimento estrangeiro direto no Brasil para o setor de serviços, como o setor bancário, o de seguros, companhias de navegação, construção ferroviária, exportação e importação. Já a partir de 1880, há um deslocamento de tais investimentos para setores de transporte urbano, gás, eletricidade. Pode-se verificar esse fato através da análise do Gráfico 1:

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO (1860-1913)
(em milhões de reais)



FONTE: BACEN

Com os primeiros sinais de industrialização, e mais notadamente durante o próprio processo, a presença do capital estrangeiro sob a forma de IED se intensificou no Brasil. Após 1920, o IED e as empresas internacionais passaram a desempenhar um papel de destaque, seja na expansão da produção industrial, ou na diversificação da estrutura industrial no país (SUZIGAN, 1986).

O Brasil ocupava a sétima posição no ranking de países receptores, e os cinco primeiros eram ou tinham sido parte do império britânico (PINTO, 2001, p. 53-54). Todavia no início do século XX ocorre um crescimento da participação dos IED norte-americanos no Brasil, observa-se que os investimentos norte-americanos cresceram 852% entre o período de 1913 e 1927, e os investimentos britânicos tiveram um incremento de apenas 23% no mesmo período. Essa evolução dos investimentos consolida a hegemonia norte-americana (PINTO, 2001, p. 82). Nota-se que a partir de 1914, ocorre um aumento significativo dos IEDs de origem norte-americana no Brasil.

Cabe mencionar, que alguns fatores que influenciaram o processo de industrialização substitutiva de importações, também vieram a estimular o ingresso de IED para o Brasil: as restrições ao comércio internacional que foram determinados pelos conflitos bélicos, e ainda as conseqüências restritivas da Grande Depressão sobre o comércio mundial. Segundo FURTADO, a produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a grande depressão uma redução de menos de 10%, e já em 1933 recupera o nível de 1929 (1976, p. 198). Esse aumento da produção foi possível com a utilização da capacidade industrial ociosa neste período. Segundo CURADO pode-se afirmar que a crise de 1929 não alterou, ao menos no curto prazo, o padrão de inserção de IED na economia brasileira, a não ser no que se refere em seu volume, fenômeno diretamente associado ao impacto da crise sobre as economias centrais, em especial a economia norte-americana (1997, p. 49).

Segundo CRUZ nos anos 50 predominam os investimentos diretos e o financiamento às importações (1994, p. 68).

Entre 1946-1962, o capital estrangeiro encontrou um ambiente propício no Brasil, sendo que muitas vezes recebeu um tratamento igual ao recebido pelo capital nacional, e até em alguns casos, recebendo privilégios de isenção fiscal, taxas de retorno mínimo garantidas.

No início da década de 60, o fluxo de IED sofreu um processo de retração, devido à reforma no regime cambial implementada pelo governo, como podemos observar na tabela 1:

**TABELA 1 – INVESTIMENTOS E REINVESTIMENTOS DIRETOS
ESTRANGEIROS NO BRASIL, 1960-1970**
(em milhões de dólares)

Ano	IED (líquido)	IED (ingresso)	IED (reinvestido)	IED (saída)
1960	138,0	36,0	39,0	0
1961	147,0	61,0	39,0	0
1962	132,0	36,0	63,0	0
1963	87,0	12,0	57,0	0
1964	86,0	22,0	58,0	0
1965	154,0	65,0	84,0	0
1966	159,0	62,0	85,0	0
1967	115,0	72,0	39,0	0
1968	137,0	74,0	74,0	-18,0
1969	218,8	133,4	83,0	-2,9
1970	391,7	169,6	276,2	-6,5

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Devido a não existência de um volume adequado de investimentos capaz de garantir a manutenção das altas taxas de crescimento industrial, surgem os sinais de uma futura recessão. Exatamente após um período de crescimento intenso do PIB (1956-1962), a economia brasileira começa a apresentar uma desaceleração que persistiu até 1967(LACERDA, 2000, p. 99).

Nos anos 70 a economia brasileira apresenta um dos mais elevados graus de internacionalização da produção do mundo. O Brasil chega a ocupar a sexta posição no ranking mundial referente ao nível de desnacionalização da indústria de transformação. Este período de intenso crescimento do PIB e da produção industrial denominou-se como milagre econômico, chegando o PIB brasileiro a taxa de crescimento de 14%, e o motor fundamental que permitiu a alavancagem da economia brasileira foi o setor industrial.

No que se refere à propriedade do capital, é importante destacar nos anos 70 o papel essencial assumido pelas empresas de capital estrangeiro e pelas empresas estatais desde o início da industrialização pesada. As grandes empresas dominaram desde o princípio os setores da indústria mais dinâmicos e estiveram presentes em quase todos os demais setores da indústria de transformação.

Após 1973, especificadamente após a crise do petróleo, a economia do Brasil começa a apresentar desequilíbrios externos, e acentuação das tensões inflacionárias, fatores que passam a determinar as políticas adotadas pelo governo, e a afetar o desempenho das empresas. No Brasil, o IED estiveram presentes durante todo o processo de industrialização, permanecendo até os anos 70, quando ocorrem crises como a do petróleo.

O governo de Geisel, iniciado em 1974, deveria enfrentar as dificuldades referentes à manutenção do nível de crescimento da economia. Embora a política do governo de Geisel houvesse conseguido manter o crescimento da economia, o nível das taxas de crescimento desse período foi bem inferior as do milagre econômico. "De uma participação média da ordem de 45% nas tomadas de empréstimos diretos, nos termos da Lei nº 4131, no período de 1974-1978, as empresas de capital estrangeiro diminuíram a sua participação para cerca de 20% no período imediatamente anterior à ruptura do mercado de crédito para os países atrasados." (CRUZ, 1994, p. 74 a 75)

Segundo GONÇALVES, entre 1978 e 1988, o processo de globalização tornou mais significativo o impacto e a influência do movimento internacional de capitais sobre as economias emergentes (1998, p. 114).

Segundo CURADO denota-se também uma intensificação da concorrência, onde o aumento na contestabilidade dos mercados incitou adoções de novas estratégias globais: fusões e aquisições internacionais, cooperação interfirmas, redes e estruturas integradas em escala mundial etc. (GONÇALVES, apud CURADO, 1997, p. 82). Esse fluxo pode ser demonstrado na tabela 2:

TABELA 2 – FLUXO DE IED – BRASIL E MUNDO, 1971-1990
(em milhões de reais)

	1971/75	1976/80	1981/85	1986/90
Mundo	2,5	100,0	106,0	299,6
Brasil	81,8	100,0	73,6	46,8
Brasil com % do mundo	5,9	6,1	4,2	1,1

FONTE: BIELSCHOWSKY, (1992:7), apud LEP, 1996, p.91.

Segundo CRUZ enquanto os investimentos diretos efetivados no mundo foram multiplicados por três, em termos médios anuais, entre 1976/80 e 1986/90, tais investimentos sofreram, no Brasil, uma queda de mais de 50%. A consequência é a redução da participação brasileira nos fluxos mundiais de investimentos diretos de cerca de 6% para aproximadamente 1% no período (1994, p. 75).

Na década de 80 a economia brasileira ficou caracterizada pela estagnação econômica. “É inquestionável a caracterização dos anos 80 como um período de estagnação da economia brasileira (CARNEIRO, apud CURADO, 1997, p. 157)”. Devido à recessão desse período, as empresas de capital estrangeiro reduziram significativamente seus investimentos no Brasil, o que refletiu uma tendência de retração dos fluxos de entrada e elevação da remessa de lucros.

**TABELA 3 – INVESTIMENTOS E REINVESTIMENTOS DIRETOS
ESTRANGEIROS NO BRASIL, 1980-1990**
(em milhões de dólares)

Ano	IED (líquido)	IED (ingresso)	IED (reinvestido)	IED (saída)
1980	1.910,2	1.511,2	411,2	-130,7
1981	2.521,9	1.773,3	741,4	-102,5
1982	3.115,2	1.246,4	1.555,9	-125,1
1983	1.326,1	449,5	694,8	-151,7
1984	1.501,2	359,1	472,1	-106,8
1985	1.418,4	381,0	542,8	-246,4
1986	317,2	324,1	448,6	-737,0
1987	1.169,1	346,5	617,1	-296,3
1988	2.805,0	246,8	714,0	-274,4
1989	1.129,9	184,5	530,9	-524,4
1990	988,8	510,6	273,1	-229,7

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

No início da década de 80, o processo de liberalização passa a ser marcante nos países em desenvolvimento, pois se acredita que o livre comércio seria um forte motor para o processo de desenvolvimento econômico. Ainda na metade desta década o processo de abertura comercial, que parecia já anteriormente inevitável, se intensifica nos países da América Latina.

De 80 a 90, o fluxo de capital estrangeiro se concentra na esfera comercial, passando na década de 90, a atrair fluxos cada vez maiores de IDE, associando os fluxos de comércio e investimento.

O processo de abertura comercial no Brasil se aquece a partir de 1990, acompanhado de reduções das tarifas de importação e eliminação de barreiras não-tarifárias. O Brasil se pré-dispôs a uma abertura na sua economia, com o objetivo de

atrair capital estrangeiro sob forma de investimentos nas suas indústrias, priorizando o IED.

Em março de 1990, assume o governo Fernando Collor de Mello, durante um período em que a economia brasileira enfrenta um processo de descontrole inflacionário e instabilidade econômica. Fernando Collor de Mello adota várias reformas, dentre elas, a alteração da política cambial, adotando a política de taxa de câmbio flutuante e de eliminação gradual dos incentivos fiscais e regionais, com redução da tarifas aduaneiras. Desenvolve dois planos de estabilização econômica - o Plano Collor I e II.

As medidas adotadas viabilizaram a abertura comercial, que se realizou sob condições desfavoráveis para as empresas nacionais, levando a desnacionalização do aparelho produtivo brasileiro e a elevação ainda maior da vulnerabilidade externa. Há desnacionalização da economia brasileira, especialmente por meio da entrada de empresas estrangeiras no setor de serviços de utilidade pública, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade externa do país.

Neste sentido, os IED provocaram efeitos contraditórios. De um lado o IED aumentou a poupança e os investimentos, tendo uma contrapartida direta na produção, porém de outro lado, a crescente absorção de IED provocou um aumento da vulnerabilidade externa no país.

O desempenho econômico no período de 90-92 foi decepcionante, com o aumento da taxa de desemprego, decréscimo do PIB e manutenção de uma inflação galopante. A tão sonhada estabilização econômica foi a nocaute, resultando num aumento do risco de se investir no Brasil, inibindo o investimento estrangeiro e prejudicando, dessa forma, a efetivação das privatizações. “Os investidores estrangeiros também foram desestimulados pela falta de acordo a cerca das negociações da dívida externa.”(PINHEIRO & KIICHIRO, 2000, p. 24).

4 GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso assume a presidência da República e se inicia à etapa mais longa, intensa e complexa do processo de privatização brasileiro. No primeiro mandato do presidente (1995-1998) verifica-se um aumento da participação dos IED, no processo de privatização, ampliando assim a vulnerabilidade externa do país. Entre 1994 e 1996 os fluxos saltaram de US\$ 1,738 bilhão para US\$ 9,123 bilhões (BELLUZZO, 1997).

Nos primeiros anos depois do Plano Real, a abertura econômica e o processo de privatização fizeram o Brasil disputar com outros países emergentes o posto de principal destino dos investimentos estrangeiros.

Como importante faceta da internacionalização, a grande participação das empresas estrangeiras na economia brasileira, foi resultante do aumento de fluxos de IDE no Brasil a partir de 1994 (Quadro 1).

QUADRO 1 – FLUXOS DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NA ECONOMIA BRASILEIRA
(em milhões de dólares)

	1990-1994	1995	1996	1997	1998	1999
IED ingresso	1.478	5.475	10.496	18.743	28.502	31.369
IED retorno	344	1.163	520	1.660	2.609	1.401
IED líquido	1.134	4.313	9.976	17.083	25.893	29.968

Fonte: BACEN e UNCTAD.

Essa crescente participação do fluxo de IED, juntamente com o aumento da participação das empresas de capital estrangeiro no mercado interno, tem intensificado os temores de desmoronamento das contas externas do país e servem de argumento contra a desnacionalização da economia brasileira.

No governo FHC constata-se, pela primeira vez na história econômica recente do país, uma forte e incontestável tendência à desnacionalização, cuja maior

peculiaridade reside na perda de posição relativa tanto das empresas estatais quanto das empresas privadas nacionais (GONÇALVES, 1999, p. 137)

Durante o mandato do presidente FHC, há um elevado avanço do capital estrangeiro na economia brasileira, marcada pelo processo de desnacionalização do aparelho produtivo. O fluxo de IED intensifica-se durante a década de 90, sendo que em 1996, o Brasil supera o México como principal destinatário dos investimentos externo na América Latina.

Observa-se que o IDE é a categoria de investimento estrangeiro que mais cresce no Brasil. Em 1996 o Brasil se posicionou entre os maiores receptores do mesmo, chegando ao 2º lugar neste período, e o seu ingresso, com a privatização, é decisivo em 1996 para a aquisição das empresas privatizadas, constituindo-se 2,6 bilhões de dólares, e em 1997, sendo de 5,2 bilhões (PACHELLI, 1999, Texto para Discussão 629, p. 2 e 3).

Esse período é marcado pela presença de um forte processo de desnacionalização, caracterizada pela maior participação de empresas estrangeiras nas fusões e aquisições no Brasil, com a privatização de energia elétrica, telecomunicações, havendo queda na participação dos setores de alimentos, comércio varejista, farmacêutico, entre outros.

Em 1999, o Brasil recebe devido às privatizações perto de US\$ 8,8 bilhões, como se verifica na tabela 4:

TABELA 4 – IED, INGRESSO PRIVATIZAÇÃO, BRASIL, 1996-2001

(em milhões de dólares)

Ano	IED-privatização
1996	2.345,4
1997	5.249,0
1998	6.120,6
1999	8.785,5
2000	6.676,7
2001	1.079,1

Desde 1994, os investimentos externos apresentam uma tendência de crescimento, e grande parte dos fluxos de IED direcionada para o Brasil foram destinadas ao processo de fusões e aquisições. A penetração do capital estrangeiro chega a atingir tanto a esfera produtiva como a financeira. Nesse período ocorre o agravamento do processo de desnacionalização da economia brasileira, verifica-se o crescimento exacerbado da remessa de lucros e dividendos para o exterior.

Pode-se observar, especificamente durante o governo FHC, que parcela expressiva do IED corresponde ao processo de privatização e a fusões e aquisições. Ao lado dos juros altos, a privatização é um fator determinante na atração de capitais estrangeiros Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 1995 e 1999, o Tesouro Nacional deixou de emitir em títulos competitivos de sua dívida mobiliária R\$ 30,8 bilhões e economizou em juros desta dívida R\$ 8,8 bilhões, a preços de dezembro de 1999, como consequência do programa de privatização(<http://www.presidencia.gov.br.html>). Pode-se citar algumas empresas que fizeram parte desse processo de privatizações, como: BANERJ, TELESP entre outras.

Segundo BIONDI o número exibido pelas privatizações brasileiras é exuberante, apresentando US\$ 100,168 bilhões, na primeira venda de controle de uma estatal, a siderúrgica Usiminas, no dia 24 de outubro de 1991(BIONDI, 2003, p.1)

Nos anos 90 os IEDs chegaram a números superiores a 30 bilhões de dólares por ano. Hoje, no entanto, o Brasil vem perdendo posição no ranking de atração dos investimentos. Parte dessa queda tem a ver com certos ciclos naturais, tais como, os ciclos de privatização, de abertura econômica, e pela conjuntura global. Segundo o IPEA, os investimentos estrangeiros diretos no Brasil somaram apenas US\$ 186 milhões em junho de 2003, o pior resultado desde abril de 1995 e mais baixo volume registrado para o mês na série história do Banco Central, iniciada em 1947.

A abertura comercial está associada ao forte processo de privatização e de elevação dos IED. O processo de privatização constitui um importante fator de atração de IED. Em 1999, 29% dos IEDs recebidos pelo Brasil corresponderam a investimentos para a privatização (BRITO, 2000, p.48).

QUADRO 2 - INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NA PRIVATIZAÇÃO
(em milhões de dólares)

Período	Ingressos	Total ¹	Partic. da Privatização no total (%)
	Privatização 1		
1995	-	5.475	-
1996	2.645	10.409	25,4
1997	5.249	18.755	28,0

FONTE: DEPEC

A abertura da economia é ilustrada pela expansão significativa da corrente de comércio (total das transações comerciais com o exterior), que atingiu valores significativos no período.

Os IED retornam a partir de 1994, coincidindo com o Plano Real e com o movimento de privatização, iniciado em 1990.

QUADRO 3 - PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL

RESULTADO CONSOLIDADO –em milhões de dólares

Programa	Resultado de Venda		Dividas Transferíveis		Total	
	1997	1991/97	1997	1191/1997	1991	1991/1997
PND	4.266	17.955	3.559	8.119	7.825	26.074
Estadual	12.928	14.639	1.499	1.863	14.427	16.197
Telecom.	4.639	4.639	-	-	4.639	4.639
Geral	21.833	36.928	5.058	9.982	26.891	46.910

FONTE: BNDES

Notadamente a partir de 1994, o Brasil apresentou uma crescente participação nos fluxos externos de capital estrangeiro, particularmente referente ao estoque de investimentos diretos, aparecendo em segundo lugar no ranking dos países que mais absorvem IED, chegando a números superiores a 30 bilhões de dólares por ano (VEJA, 2003, p. 14).

Os fluxos de capitais brasileiros voltaram a se intensificar. O Brasil volta a ser o primeiro dos maiores receptores mundiais do capital produtivo ou IED, chegando

em 1996, conforme ARAI (1997), o segundo país receptor de IED entre os países em desenvolvimento, ficando atrás apenas da China.

No gráfico seguinte verifica-se o comportamento dos investimentos no período de 1993-1995, e observa-se que em 1995 há um crescimento significativo dos investimentos.

GRÁFICO 2 – TAXA DE INVESTIMENTO MÉDIA DOS ÚLTIMOS 4 TRIMESTRES



FONTE: <http://www.presidencia.gov.br/7:55-22/10/2003>

Em síntese, nunca na história brasileira verificou-se um processo de desnacionalização tão rápido e intenso quanto o que ocorreu após 1995, processo este que foi acompanhado da perda de posição relativa, tanto das empresas estatais quanto das empresas privadas nacionais, onde em cada um dos conjuntos de 21 setores de atividade produtiva, o processo de desnacionalização se verificou, em pelo menos 13 setores, durante o governo FHC.

Analisando a distribuição regional das empresas receptoras de capitais estrangeiros, segundo a localização da sede, observa-se que 91,3% do estoque de capital integralizado por não-residentes estava na região Sudeste (Quadro 4). Pode-se destacar ainda o fato de que, esse dado está diretamente associado à distribuição por endereço da sede da empresa receptora do investimento, podendo a mesma, no entanto, ter filiais e empregados distribuídos por diversos estados e regiões.

QUADRO 4 - INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS POR REGIÃO, 1995

	Estoque (Dezembro)		Empregados (Média anual)	
	(Em R\$ milhões)	(%)	Mil	(%)
Norte	780	1,89	26,8	1,85
Nordeste	794	1,92	187,3	12,94
Centro-Oeste	196	0,47	10,3	0,72
Sudeste	37 767	91,31	1.116,7	77,15
Sul	1 823	4,41	106,3	7,34
	41 360	100,00	1 447,4	100,00

FONTE: FIRCE

O processo de abertura comercial no Brasil se intensificou nos anos 90."Dados do próprio Banco Central mostram que a participação do patrimônio líquido da instituição estrangeira no total do seguinte bancário passou de 10,5% em dezembro de 1993 para 14,7 em dezembro de 1996, atingindo o patamar de 16% em junho de 1997, o que indica o aprofundamento do processo de abertura."(FILHO & MELO, 1997, p. 27).

Também ALVES & VELASCO, dentre os principais impactos que a atração de capital e, por conseguinte a privatização, provoca, pode-se destacar o processo de desnacionalização da estrutura produtiva (2001, p. 32). "Em 1996, tivemos oito bilhões de reais a mais de investimento direto estrangeiro, em 1997 foram R\$ 18 bilhões a mais, e em 1988, algo como R\$ 22 bilhões. Somando isso tudo, recebemos R\$ 48 bilhões em três anos, ou seja, mais investimento estrangeiro direto neste período do que o Brasil teve em toda a sua história anterior."(ALVES & VELASCO, 2000, p. 60).

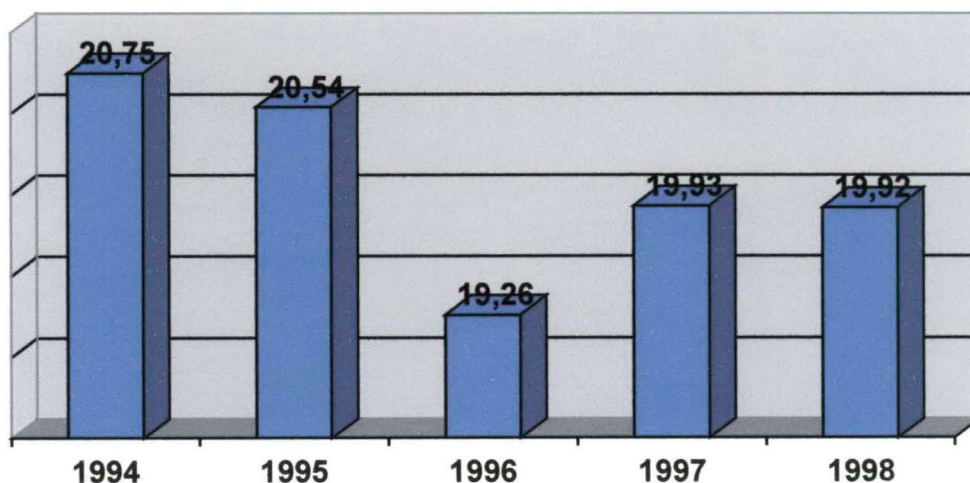
Resumindo, durante o primeiro mandato do governo FHC ocorre uma elevação do fluxo de IED, como se verifica no quadro seguinte:

QUADRO 5- EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO NO BRASIL – 1995-1998
(em milhões de dólares)

Discriminação	1995		1996		1997		1998	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
IED	3.285	46,6	9.580	191,6	17.864	86,5	26.515	48,4
PIB	705.449	299	775.475	9,9	801.662	3,4	775.501	-3,3
Part. no PIB	0,47%	-	1,24%	-	32,23%	-	3,42%	-

FONTE: BANCO CENTRAL – Relatório Anual.

GRÁFICO 3 – INVESTIMENTOS TOTAIS NO BRASIL (1994-1998)
(em milhões de reais)



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

Segundo pesquisa realizada pela A. T. Kearney com executivos seniores das mil maiores companhias do mundo, o Brasil perdeu posição no ranking de investimentos em 2002, caindo da terceira posição para a décima terceira posição dos países mais atraentes para IED. Porém, nesse período o Brasil continua sendo o único país da América Latina a aparecer entre os 25 principais destinos de IED.

Segundo levantamento divulgado pela consultoria norte-americana A.T. KEARNEY, o Brasil voltou a fazer parte do grupo dos dez países mais atraentes para o IED, ao passar do décimo terceiro posto em 2002 para a nona colocação na

preferência das mil maiores empresas do mundo (KEARNEY, 2003, p.1). Segundo LAUDICINA, vice-presidente da consultoria, a preocupação do mercado em relação à transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para Lula já passou, mostrando que o resultado da pesquisa revela que há confiança na atual gestão (LAUDICINA, 2003,p.1).

Mesmo com a melhora do país no ranking, a estimativa de investimentos caiu sensivelmente - de US\$ 16,5 bilhões em 2002 para US\$ 8,0 bilhões nesse ano - como reflexo do acentuado recuo no total de investimentos globais. Enquanto em 2000 o fluxo total de investimentos diretos no mundo foi de US\$ 1,4 trilhão, em 2001 foi US\$ 824 bilhões e no ano passado recuou para US\$ 651 bilhões (KEARNEY, 2003, p.1).

Segundo CRUZ, as empresas e instituições estrangeiras reduziram em 63% seus investimentos no Brasil no primeiro semestre de 2003 (2003, p.1). Apesar do risco Brasil apresentar uma queda de 49% no ano, o país não consegue atrair novos investimentos significativos em 2003. Para LOPES, do BC, a redução no volume de investimentos recebidos no primeiro semestre foi resultado de operações isoladas realizadas nos últimos meses, em que multinacionais venderam a participação que tinham em empresas que atuam no Brasil e enviaram o dinheiro de volta às suas matrizes (2003, p.1).

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, pode-se observar o papel importante desempenhado pelo IED na economia brasileira, especialmente durante o processo de industrialização.

Através de uma perspectiva histórica do capital estrangeiro no país, verifica-se o destaque dos IEDs na história econômica brasileira desde o período colonial. No entanto os anos 90 merecem destaque em relação aos períodos anteriores, a expansão do IED a partir de 1997 irá se concentrar nas operações de privatização das empresas de mineração (Vale do Rio Doce), telecomunicações (sistema Telebrás, Telepar), energia elétrica (sistema Eletrobrás), petróleo (Petrobrás) e mais recentemente no setor financeiro (Banco Bamerindus, Real).

A década de 90 caracteriza-se por um período de importantes mudanças na economia brasileira, e os fatores que contribuíram de forma efetiva para essas mudanças foram o processo de privatização, a abertura comercial e a globalização.

Embora o processo de privatização no Brasil tenha se iniciado no início da década de 80, esta ocorreu em escala significativa somente na metade dos anos 90, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. As privatizações expressam a impossibilidade de manutenção, por parte do Estado, de um modelo econômico intervencionista. A crise financeira do Estado, atestada pelo desequilíbrio fiscal e pela insuficiência estatal em promover os financiamentos e investimentos necessários, demonstraram a incapacidade das empresas estatais em responder aos anseios pelos quais foram criadas.

A primeira gestão de FHC (1995-1998) foi marcada pelo intenso programa de privatizações e a participação do capital estrangeiro neste processo cresceu de forma significativa, ocasionando a elevação da desnacionalização da economia, e aumento da vulnerabilidade externa do país.

Durante o mandato do presidente FHC, o Programa Nacional de Desestatização (PND) deu um grande passo, devido em grande parte às alterações na legislação, objetivando superar os obstáculos institucionais e legais para o ingresso de capital estrangeiro no Brasil.

As privatizações avançaram, em seu início, a um ritmo lento. No entanto no início da década de 90, passa a adquirir um status de prioridade na plataforma política do governo. E para tanto, foram criados suportes, institucionais e legais, para viabilizar as privatizações, como o Programa Nacional de Desestatização (PND).

No início do processo de privatização, o fluxo de capital estrangeiro, via investimento direto, é relativamente insignificante, seja pelos tipos de empresas privatizadas, pelos limites impostos aos capitais estrangeiros, e até pela própria falta de atratividade do investimento na economia brasileira daquela época. Porém, a abertura do processo de privatização e a desregulamentação dos mercados viabilizam as aquisições por parte das empresas estrangeiras que anteriormente se encontrava vedado a elas, ampliando a participação de investimentos diretos estrangeiros, no setor produtivo brasileiro.

Essa intensificação das privatizações reflete diretamente em um aumento da entrada de investimentos diretos estrangeiros no país. No período 95 – 97 o IDE cresce significativamente, sendo voltado para as privatizações um percentual elevado.

Ao longo do tempo a entrada exacerbada de IED, observada nesse período, provocou uma vulnerabilidade da economia brasileira, pois a desestatização brasileira acompanhada de outros fatores aumentou a fragilidade da economia para enfrentar choques externos e pressões políticas. Em síntese, é exatamente durante o governo FHC que se percebe de forma mais nítida a falta de imunidade na economia a fatores externos desestabilizadores.

Enfim, pode-se concluir que o crescimento dos IEDs no Brasil, o processo de abertura da economia e as privatizações, sendo que a última exerce um papel fundamental no crescimento da captação do IDE.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. R. M.; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. *Revista de economia política*. São Paulo: Editora 34, v.17, nº 2 (66), p. 11-35, out./dez./1997.

BELLUZZO, L. G. M. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (orgs). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p.151-193).

BIELSCHOWSKY, R. *Investimento na industria brasileira depois da abertura e do Real: O miniciclo de modernização*, Brasília, Cepal, 1996, p.91.

BNDES. Presidência. Disponível em: < <http://www.presidencia.gov.br/1995/1998>> Acesso em 25 set. 2003

BRITO, A. C. F. de. *Investimento Estrangeiro Direto no Brasil (1950-1999)*. Curitiba, 2000.

CHESNAIS. F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CURADO, M. *Investimento Estrangeiro Direto e Industrialização no Brasil*. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 1997.

FRANCO, G. H. B.; FRITSCH, H. *Investimento direto: teoria e evidencia empírica. Texto para Discussão*. Rio de Janeiro, nº. 185, Departamento de Economia. PUC do RJ, 1988.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GONÇALVES, R. *Globalização e Desnacionalização*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, R; BAUMANN, R.; PRADO, L. C. D; CANUTO, O. *A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HIRST, P. & THOMPSON, G. *Globalisation in Question*, Cambridge, Polity Press, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/investimentos.html>> Acesso em: 20 nov. 2003

KRUGMAN, P. R; OBSTFELD, M. *Economia Internacional: teoria e política*. 5. ed. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

LACERDA, A. C. **Desnacionalização: mitos, riscos e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PINTO, S. S. A. **Os Investimentos Externos Diretos e a Formação de Blocos Econômicos na América Latina**. Curitiba, 2001.

REVISTA EXAME, Edição : 9 de fevereiro. São Paulo, 2003

SALVATORE, D. **Economia Internacional**, 4 ed. Colômbia: McGraw Hill, 1995.

SINGER, H. W. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, A. **Imperfect Competition and International Trade**. Em Greenaway e Winters, 1994.

SUSIGAN, W. **A Indústria após uma década de estagnação: questões para política industrial**. Textos para Discussão. Campinas, I.E./Unicamp, nº. 5, fev, 1992.